

SOBRE A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA: POR CONTRANARRATIVAS EPISTEMOLÓGICAS

Carll Souza¹

Elisabeth Maria Oliveira dos Santos²

RESUMO: A construção do conhecimento é muito diversa. Entre essa diversidade, acontecem historicamente disputas pela hegemonia do saber que por um longo tempo canonizaram nos anais da história uma perspectiva eurocêntrica e logo mais norte americana. Sabendo disso, o presente trabalho pretende, a partir do estudo de três casos, evidenciar a materialidade do epistemicídio em nível estrutural. Neste ensaio apresenta-se a experiência de três mulheres negras inseridas em espaços de produção e promoção do saber, bem como suas respectivas tentativas por disputar um lugar na produção de conhecimento. Tais experiências são impactadas pela presença predominante da perspectiva branca e suas narrativas históricas no campo científico.

PALAVRAS-CHAVE: contranarrativas, epistemicídio racial, descolonização.

INTRODUÇÃO

“Tudo que quando era preto e era do demônio e depois virou branco e foi aceito eu vou chamar de blues.”

(Baco Exú do Blues)

Na faixa *Bluesman* interpretada pelo rapper e compositor baiano Baco Exú do Blues é apresentada uma contranarrativa³ histórica sobre o *blues* de forma provocativa que fomenta um debate sobre a posição que o negro fora colocado historicamente.

¹ Graduando de Bacharelado em Ciências Sociais, Bolsista/Colaborador do Laboratório de Estudos sobre os Marcadores Sociais da Diferença (LAMAS). Email: carllbolchevike@gmail.com

² Graduanda de Bacharelado em Ciências Sociais, Bolsista/Colaboradora do Laboratório de Estudos da Violência (LEV). Email: lilicas610@gmail.com

³ Entendemos como contranarrativa, as narrativas construídas a partir de um lugar não hegemônico.

Abdias do Nascimento (1978), em seu trabalho semi-apresentado⁴ no Colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negras realizado em Lagos - Nigéria, adverte que não há um desejo de transferir para os outros a responsabilidade que a história colocou sobre os nossos ombros. Essa problematização trazida por Nascimento compactua com a tentativa do artista Baco Exú do Blues em apresentar uma contranarrativa histórica sobre o blues em nível internacional.

Estes trabalhos servem de inspiração para que nos encorajemos a realizar o mesmo, disputar epistemologicamente um lugar como sujeitos fundantes de processos históricos. O presente ensaio tem como principal premissa apresentar a materialidade do epistemicídio⁵ no cotidiano acadêmico. Nos atentamos mais especificamente em apontar como a subjetividade de mulheres negras são atravessados por variadas formas de opressões no cotidiano e como tais experiências são internalizadas em diferentes momentos históricos obedecendo uma condição de controle organizada pelo racismo estrutural. Racismo esse, que as nega o direito de fala, e o direito de se reconhecerem enquanto protagonistas da construção de um saber científico e coletivo.

Nosso trabalho consiste metodologicamente em um estudo de caso de três experiências vivenciadas por mulheres negras⁶ em espaços de produção e promoção do conhecimento, sendo elas Beatriz Nascimento (historiadora brasileira), Luísa Oliveira (mãe), Doméstica) e Claudia Maria (estudante de ciências sociais). Porém, antes de apresentarmos os estudos de caso, realizaremos um panorama da história do povo africano no território brasileiro e a marca deixada pela colonização no imaginário sociocultural da nação, bem como as narrativas construídas sobre o processo de colonização a partir de uma ótica da branquitude.

⁴ O documento de Abdias Nascimento foi rejeitado, e a recusa de seu trabalho se manteve oculta e misteriosa, porém, houve repercussão mundial sobre especulações inflamadas pelos jornais africanos e pelo próprio autor sobre as normas de avaliação mencionadas pelo então presidente do comitê do colóquio Coronel Ahmadu Ali.

⁵ O conceito de epistemicídio trazido neste trabalho faz menção a tese de doutorado da intelectual negra Sueli Carneiro.

⁶ Usamos nomes fictícios para as entrevistadas deste trabalho, exceto para Beatriz do Nascimento.

AS MARCAS DO COLONIALISMO, NARRATIVAS E JUSTIFICATIVAS DA BRANQUITUDE

A história do povo africano em território brasileiro é marcada por mitos de conveniência simbólicos e estruturais (NASCIMENTO, 1977, p.51). Ou seja, são construídos mitos pelos historiadores brancos sobre a história do povo africano no Brasil a fim de justificar a atividade colonial. Césaire (1977) acrescenta neste debate, uma equação bastante incisiva: “a colonização, equivale a coisificação”.

Césaire (1977) desmascara o colonialismo apontando na dinâmica discursiva, científica, religiosa e política, como se reproduziam os níveis de opressão resultantes do processo de colonização do povo africano. Para Césaire (1977) o genocídio por sua gênese tem fundamento racista, o que dialoga com a análise fundamentada por Nascimento (1978) de que a principal forma de embranquecimento brasileiro é o genocídio. O processo de colonização sob a ótica do colonizador incorpora uma narrativa de função justificadora. Nascimento (1978) explicita que o discurso dos pesquisadores brancos “afronéfilos” disseminam uma experiência *a-histórica* sobre as nações africanas antes da colonização. O discurso do colonizador reverbera uma tentativa de apagamento de uma história e de uma cultura que até então para os colonizadores é cientificamente considerada inferior à do europeu.

Combatendo o discurso positivo por trás do processo de colonização, essa experiência forçada pelo branco europeu é também responsável por todas as sociedades esvaziadas de si próprias (CÉSAIRE, 1977, p. 26). Essa é a razão porque o discurso se tornou uma arma preciosa no combate ideológico.

Segundo Gonzales (1984) o que o estado visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado. E esse grupo dominado se manifestavam coletivamente como forma de denunciar as mazelas no qual foram submetidos por conta do processo de escravização.

Passamos a ter noção da profundidade dessas marcas deixadas pelo colonialismo quando:

“Durante a formação de nossa sociedade, brancos, negros e indígenas (tomado como raças) ocuparam posições socialmente distintas:

senhores, escravos e servos. Passado um século, essas hierarquias se mantiveram, contribuindo ainda mais para a pouca ascensão da população não branca” (CAMPELO, p 143, 2006).

Nascimento (1978) considera que há uma distorção sobre o passado africano, por motivos e interesses análogos e intelectuais dos colonizadores europeus. Há um apagamento da história do povo africano forjado pelo colonizador, que por seu complexo de superioridade intelectual, bélico e de valores:

Fingem ignorar a muralha de silêncio erguida pelos opressores em torno da história africana para que pudessem manipular sua própria e conveniente versão do continente “escuro, misterioso e selvagem” (DO NASCIMENTO, 1978, p51).

Campelo (2006) considera que o conhecimento sobre a cultura e história da África disseminado na escola está remetido quase sempre ao “trabalho escravo”, “escravidão” e “situação de pobreza” do continente africano. O que re-atualiza uma ideia generalizada de que o continente africano não é portador de uma cultura. A autora acrescenta que a história da população negra oriunda do continente africano está sempre associada ao processo escravagista (CAMPELO, p 151, 2006).

A culpa do opressor é minimizada por um discurso produzido pelo mesmo e pelos seus aliados a fim de construir uma narrativa justificadora para o processo de colonização, bem como as formas de opressão extremamente violentas que se faziam presentes em todos os territórios que se faziam existir ex-colônias.

Essas narrativas são reforçadas a partir de uma perspectiva de estudos de relações raciais que só volta o seu olhar ao negro e a negritude, a própria teoria antirracista por muito tempo se limitou a pesquisar o oprimido, então a branquitude aqui aparece no sentido de problematizar a outra parte dessas relações raciais, a fim de evitar o que Guerreiro Ramos (1995) apontou sobre os estudos de relações raciais no Brasil, como uma espécie de sociologia do negro brasileiro. É neste sentido que se pensa a branquitude, como parte destas relações raciais, é como uma categoria de análise na qual se busca pensar a identidade racial branca no sentido de problematizar *“aquele que numa relação opressor/oprimido exerce o*

papel de opressor, ou por outras palavras, o lugar do branco numa situação de desigualdade racial” (CARDOSO, 2010).

Por fim, esses pesquisadores brancos, essa branquitude possui seu lugar nessas relações, problematiza-se essa branquitude para compreender socioantropologicamente que o discurso justificador da colonização não se trata apenas de um discurso reproduzido pelo colonizador, pelo detentor do poder bélico e social, mas também por uma branquitude que obtém privilégios pela pertença racial devido as estruturas racistas da sociedade brasileira. Se por acaso em determinado momento o discurso religioso é o principal papel de ideólogo institucional da escravidão em toda sua brutalidade, em experiências posteriores, no sentido moderno, o discurso científico prerroga uma ideologia à serviço da opressão (DO NASCIMENTO, 1978, p.52). Ou seja, não há uma ruptura que exonere o discurso religioso e o discurso científico de seu ideal racista.

ATLÂNTICA, UMA HISTÓRIA DE EPISTEMICÍDIO

O primeiro estudo de caso que trataremos é sobre a trajetória intelectual de Beatriz do Nascimento. Para nós, assim como para Ratts (2007) pretendemos diante do texto que se segue encontrar um patamar de reencontro com os textos escritos e falados por Beatriz. No dia 5 de fevereiro de 1995 a historiadora, intelectual e ativista Maria Beatriz do Nascimento é assassinada por Antônio Jorge Amorim Viana, após o mesmo lhe dar 5 tiros. O acusado justifica o assassinato ao considerar que sua vida privada estaria sendo interferida e ofendida pela pesquisadora. O autor do crime era companheiro de uma amiga de Beatriz Nascimento que havia reclamado de violência doméstica. O mesmo já tinha passagem por acusações de homicídio, tentativa de estupro e uso de drogas.

No entanto, este trabalho discutirá apenas por meio do debate que surge acerca de sua trajetória profissional e acadêmica: o esquecimento. Focaremos neste momento em entender como a comunidade acadêmica branca incorpora em seu exercício científico um apagamento do pensamento intelectual das mulheres negras. Ratts considera:

“que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo

trilhando esse itinerário intelectual” (RATTS, 2007, p. 29).

Alex Ratts (2007) atenta-se em assinalar o esquecimento dos autores negros na academia brasileira, bem como nas ciências sociais. Essa questão é duramente testemunhada na trajetória profissional da intelectual Beatriz Nascimento, ao ser considerada por muitos pesquisadores — em sua maioria uma elite intelectual branca — como uma autora “não acadêmica”. O que Ratts (2007) nos apresenta a partir dessas implicações é como há um problema extremamente profundo com relação a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro como produtor de pensamento. Essa experiência está inscrita subjetivamente e intrinsecamente na história das próximas personagens deste ensaio.

Na trajetória acadêmica de Beatriz Nascimento, bem como nas experiências que apresentaremos nos estudos de caso que se seguirão, inscreve-se uma posição de confronto a norma.

Segundo Fanon (2008) quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará de sua selva. Ou seja, quanto mais ele rejeitar sua cultura e linguagem de negro, mais branco será. O autor ainda acrescenta que todo povo colonizado toma posição diante da linguagem da nação civilizadora (FANON, 2008, p.34).

Beatriz Nascimento, com toda sua potência e forma de pensar é dada como alguém que subverte o pensamento construído pela elite burguesa. Em nenhum momento rejeita o seu lugar como mulher negra formulando pensamento e teoria a partir desse trânsito espacial acadêmico e extramuros.

Ratts (2007) apresenta como mulheres negras movem estruturas.

“Uma mulher negra que se torna pesquisadora e elabora um pensamento próprio nos parâmetros acadêmicos, inspirada da vida extramuros da universidade como o fazia Beatriz Nascimento, rompe com esse processo de invisibilidade no espaço acadêmico” (RATTS, 2007, p. 29).

O que está posto em jogo, se analisado simbolicamente, são duas perspectivas, a primeira é a disputa por um lugar na produção de conhecimento: como é o caso da inserção de Beatriz Nascimento na comunidade acadêmica, a segunda, sobre uma disputa epistemológica: quando se considera o peso proposto nos trabalhos da intelectual para reformulações científicas da academia brasileira, em especial no campo das Ciências Sociais.

Na Quinzena do Negro, no ano de 1977 a pensadora aparece como conferencista em processo de reconhecimento público de seus estudos acerca da questão étnico-racial (RATTS, 2007, p.28). Seus trabalhos acerca dos quilombos vinham causando tumulto na comunidade científica em geral, por conotar uma proposta de pensamento desviante a da época. Suas produções dirigidas sobretudo aos intelectuais brancos que estavam à frente dos estudos raciais carregava um teor crítico sobre essas produções, e uma denúncia à falta de espaço para negras e negros nesse campo (RATTS, 2007, p.28).

A intelectual Beatriz Nascimento foi colocada no limbo do esquecimento por lutar contra o sistema de controle construído pela ideologia do branqueamento.

Para Gonzalez (1982) a ideologia do branqueamento consiste no fato dos aparelhos ideológicos veicularem valores que, juntamente com o mito da democracia racial, apontam para uma suposta superioridade branca.

Beatriz Nascimento em nenhum momento rende-se a lógica do branqueamento. A intelectual demarca seu lugar enquanto pesquisadora, professora, mulher e negra. Para Fanon (2008) o ato de falar é existir-se para o outro, logo, a historiadora não só existiu como enfrentou a lógica do pensamento intelectual burguês da época, e por isso, fora colocada nessa posição de esquecimento.

DISSERAM-ME: BRANCAS SENTAM NA FRENTE, PRETOS SENTAM ATRÁS

Nosso segundo estudo de caso trataremos da experiência denunciada por Luísa Oliveira, em entrevista dada para a realização deste trabalho nos relata uma experiência de constrangimento em sala de aula no final dos anos 70. Tal experiência pode ser traduzida como uma forma de manipulação de um sistema de hierarquias sociais. Apresentaremos de maneira minuciosa estratégias do racismo à brasileira de garantir a manutenção do lugar da mulher negra a partir da lógica construída estruturalmente pelo homem branco

Luísa Oliveira, mulher negra e moradora de um bairro periférico de Fortaleza, nos relata que ainda em seu Ensino Fundamental por diversas vezes teve seu *lugar*⁷ em sala de aula não só questionado, mas também direcionado por outras colegas.

“Eu ficava na primeira fila, e o meu canto era sempre o segundo, aí teve uma época que eu fui

⁷ Lugar no sentido semântico da palavra.

sentar na minha cadeira que era a segunda, e a menina me diz: — Mulher sai daí que eu vou sentar aí hoje, eu respondi — Não! eu sempre sento aqui! A garota contrapôs — Mulher tu é preta, tu não pode sentar perto da gente não, tu é preta, tá vendo não? Somos brancos... então tu tem que ficar lá trás! E eu disse assim — E eu com isso se sou preta? Eu sou preta, qual é o problema? Estou na mesma sala que tu tá”.

Segundo Neusa Souza Santos (1983), é no momento em que o negro reivindica a sua condição de igualdade perante a sociedade, que seu corpo surge como intruso. Luísa prossegue — Tá ali, a turma da tua cor é ali... ela dizia desse jeito, e eu ficava na cadeira e começava a chorar.⁸

O quão significativo deve ser para uma criança negra em processo de formação estar em sala de aula e ouvir de crianças brancas que o seu lugar não é na cadeira da frente? Tão sintomático que tal experiência esteja também representada dentro de um espaço de produção e promoção do conhecimento e do saber. Fica perceptível que este lugar, no caso a escola, não são para crianças negras. Se torna notável também a seguinte reflexão: nenhum lugar de produção e promoção do conhecimento e do saber é para pessoas negras, mais especificamente as mulheres negras. Aparentemente percebemos como *Luísas e Beatrizas* tem mais em comum do que um homem branco numa posição de falar sobre mulheres negras.

O que se inscreve aqui é nossa percepção sobre mais uma tentativa da estrutura forçosamente posicionando mulheres negras num lugar que retoricamente não é o da frente. Assim como o que houve com Beatriz Nascimento, todos os dias se reproduzem casos como o de Luísa. Segundo Djamila Ribeiro (2018) não é possível lutar contra o que não se pode dar o nome. Como falar sobre racismo e estruturas raciais se há uma criminalização do debate racial?

“Em verdade... porém, a camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa.” (DO NASCIMENTO, 1978, p.78).

⁸ A “turma” era geralmente os alunos e alunas que sentavam no fundo da sala.

Luísa Oliveira continua a nos apresentar uma série de experiências que não necessitam de muita análise para considerarmos as especificidades racistas que estão postas. Frases como — “Olha sua neguinha, “*num sei o quê*”⁹, seu pai vai ter que vir aqui na diretoria”, sempre eram ditas pela diretora da escola. Na entrevista Luísa apresenta momentos em que era confrontada pelas colegas brancas, e sempre que tentava responder às injúrias era levada a diretoria como culpada.

Abdias Nascimento (1978) prerroga que até os dias atuais o negro vem sido julgado pelo branco. O branco como um juiz completamente tendencioso em seu próprio interesse, certamente mais que parcial e injusto, quando não flagrantemente criminoso (DO NASCIMENTO, 1978, p.80).

A experiência traumática da aluna Luísa Oliveira na escola revela para nós, todas as formas como se materializam a estrutura racista. A experiência de ser julgada como alguém que não devesse estar num lugar de aprendizagem é extremamente violenta, bem como as rotineiras cenas de culpabilização das pessoas negras por situações construídas pelos brancos: como é o caso das inúmeras vezes que Luísa fora levada a diretoria por ter “brigado”. Refletindo retoricamente consideramos que, no mínimo, culpabilizar o negro por situações que reproduzem estigmas violentos só corrobora com um sistema falho de sujeição criminal. Antes mesmo que entrasse na pré-adolescência, Luísa já teria em mente a percepção de que não importava a experiência, ou ela seria a culpada, ou sua existência seria ignorada.

Luísa retoma — “Daí eu mesmo perguntei — Só porque eu sou escura? E ela respondeu: Sim! porque tu é preta”.

E EU SOU PRETA E TENHO QUE FALAR COMO BRANCA?

O terceiro e último estudo de caso trata-se de uma estudante negra, do curso de graduação em Ciências Sociais, Cláudia Maria, que diferentemente do caso de Luísa, apresentado acima, onde explicitamente é determinado qual o seu lugar dentro da sala de aula a partir de sua cor, nesta experiência é percebido as maneiras simbólicas e intrínsecas da posição do professor em conformidade com o que a própria estudante considera um racismo velado. Na entrevista realizada com Cláudia, o racismo é percebido configurando-se de outra forma, onde a professora se utiliza de uma lógica baseada no discurso meritocrático para

⁹ Geralmente eram chamadas de algo depreciativo.

silenciar a estudante, deslegitimando sua narrativa e sua capacidade de produzir conhecimento ou deter o saber.

Segundo diagnóstico de Djamila Ribeiro (2018), existe um olhar colonizador sobre os corpos, saberes e produções das mulheres negras e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outro ponto. Claudia descreve:

“Terminou a apresentação do seminário sobre Sujeição Criminal, Patrícia¹⁰ pediu para falar sobre algo que havia percebido faltar no texto a ser discutido na aula, a professora disse que ficasse à vontade. Patrícia pegou um piloto, fez esquemas e apresentou livros, usou na argumentação uma pesquisa que realizou no meu bairro, apontando como a sujeição criminal tinha foco em jovens negros que são estigmatizados... apresentou a crítica dela ao autor por deixar o foco em jovens negros escapar... a professora comentou que não concordava, sem muito alarde... Eu, por morar no bairro citado e carregar uma trajetória como jovem negra, resolvi falar, pois estava formulando a partir de algumas experiências dolorosas que havia vivenciado uma reflexão. Mas antes de começar a apresentar um pouco do meu saber, falei que não tinha lido o texto. Mas por ser moradora do bairro estudado pela antropóloga convidada, acreditei que pudesse contribuir, já que esse meu saber era empírico”.

— “Quando disse isso, a professora já foi dizendo que minha crítica era injusta pois eu não havia lido o texto, e segundo a mesma, “lugar de fala é até legal, mas não cabia”. Se para Djamila Ribeiro (2018) o saber de sua avó benzedeira é um saber como qualquer outro, o direito de fala da estudante construído a partir de sua própria experiência com o tema da sujeição criminal, deveria ser considerado. Ora, não seria essa famosa experiência de contato que caracterizaria sua autoridade etnográfica?

¹⁰ Doutora em Ciências Sociais convidada pela Professora.

O que viemos apresentar aqui, não se reduz a uma experiência em sala de aula de uma graduação, onde uma estudante que não lê o texto reivindica o direito de contribuir com o debate. Simbolicamente, o que se apresenta é algo extremamente subjetivo. Há uma relação de poder que delega a um sujeito branco o poder de falar por alguém que tem conhecimento empírico o suficiente para contribuir. Nas entrelinhas, mostra-se uma disputa por um lugar, onde alguém que tem doutorado provavelmente tem a autoridade científica de produzir questionamentos considerados, enquanto que problematizações parecidas advindas de alguém que vivencia a experiência em seu cotidiano é silenciada. Djamila Ribeiro (2018) na obra *“Quem Tem Medo do Feminismo Negro”* nos pergunta, como que alguém pode querer legitimidade para falar sobre o que ignora?

É ligeiramente perceptível como os brancos constroem uma relação de solidariedade entre si para sempre construírem narrativas sobre o outro. Ratts (2007) vai recuperar o conceito de “política da citação”. Os autores brancos promovem uns aos outros, citam-se mutuamente em seus escritos, criam e/ou elegem para si fechados espaços acadêmicos (RATTS, 2007, p. 30).

O que apresenta-se aqui é a decisão tomada pela professora em aceitar ou não as contribuições de uma estudante negra que sabe muito mais sobre a dinâmica do crime e do tema proposto como sujeição criminal, do que um autor que incita conceitos que desconsideram especificidades inerentes à organização das comunidades que foram estudadas. Desconsiderar o discurso de um estudante por não ter lido o texto sugerido para a aula aparece aqui apenas como função justificadora do silenciamento. Essa foi a maneira mais institucional e menos racista de silenciar um discurso empírico.

Fanon (2008) exemplifica bem uma situação parecida quando relata sobre um grupo de jovens antilhanos que exprimem bem, que possuem domínio da língua francesa e como eles são bastante temidos por isso, e como são associados a “quase-brancos” por manterem esse domínio linguístico.

Essa personagem em nenhum momento tem o interesse de se tornar branca. Se para ter o direito a fala garantido necessita-se do domínio da linguagem do colonizador, apresentamos diferentes formas e maneiras de se pensar a sociedade, e nessa experiência em específico, a sujeição criminal. Compreendemos que no sentido contemporâneo e contextual da situação, a linguagem do colonizador é associada ao grau de cientificidade das reflexões.

Fora toda essa experiência, o discurso da professora corrobora com um pensamento coletivo que atribui aos negros características como: irresponsabilidade, incapacidade intelectual e criancice, denunciados por Lélia Gonzales (1984) em seu famoso texto, *“Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”*.

Claudia Maria prossegue nos relatando:

Então ela apresentou — "Mocinha você precisa qualificar a sua fala... Sendo que, eu havia respondido que nem sempre reproduzo uma fala a partir de autores... Mas ela continuou — Você não pode criticar um autor porque não gosta dele... Eu retruquei — Professora, em nenhum momento eu disse que não gostava do autor, a problematização não traz essa ênfase... Rapidamente ela se corrigiu, afirmando que eu tinha razão e que em nenhum momento mesmo minha crítica era sobre gostar ou não do autor”.

Então Continua:

Eu então apresentei — “A minha fala estava baseada em experiências vivenciadas na minha trajetória enquanto moradora de uma comunidade citada pela doutora em ciências sociais convidada... E logo acrescentei — Não pensamos universidade da mesma forma... E a professora imediatamente retrucou — Não é a universidade que não pensamos da mesma forma, mas sim, disciplina.

Para nós, o conceito de disciplina resgata todo um passado escravista e um processo de enquadramento dos negros e negras colonizados a fim de moldá-los a lógica de produção europeia. Entendemos a partir dessas leituras, que o que se repete em todos esses episódios apresentados neste ensaio é uma posição e relação de controle. A todo momento tentou-se domesticar e disciplinar os negros e negras. Não seria diferente no campo das ciências.

— Depois de dizer que não gostaria mais de falar sobre esse episódio por me sentir inteiramente ofendida, a professora insiste no diálogo colocando a seguinte frase — “Não tranque a matéria por estar com raiva mim... Eu logo indaguei — Não é legal da sua parte chegar até mim já supondo que estou com raiva”.

Um trágico elemento que se apresenta em todos os relatos históricos sobre o processo de colonização e pós abolição é sobre o mito do senhor-benevolente, que por meio de uma atividade civilizadora, tem o direito e o dever de domesticar o negro. Esse elemento é intrinsecamente percebido quando a professora insiste em se colocar numa posição de controle e docilidade perante seu exercício de atribuir a sua aluna o estigma de negra-raivosa.

— “A professora simplesmente acrescentou afirmando que eu poderia sim falar do meu jeito, do meu lugar, que era exatamente isso que ela queria, que eu falasse.... Eu então respondi — Eu nunca pedi sua permissão para falar! Forçadamente ela me abraçou”.

Observemos que as atitudes da professora reforçando o mito do senhor-benevolente sempre a coloca como sujeito carismático da história, quando na verdade isso traduz uma relação de poder estabelecida pela função justificadora da colonização. Disciplinar a aluna e civilizá-la para que domine sua linguagem que imprevisivelmente bebe de aspirações epistemológicas europeias e viola a subjetividade e a criticidade empírica que a estudante por alguns instantes tentou compartilhar. É apresentada uma relação de poder por meio das entrelinhas, pois o fato da professora incitar a permissão da fala recupera um dos elementos mais cruéis da colonização: o epistemicídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos em três experiências diferentes, a mesma lógica que funda a interioridade da estrutura racial brasileira. Percebe-se que há marcas resultantes do colonialismo que estão enraizadas no imaginário sociocultural brasileiro. A manutenção dessas marcas se fundamenta nas narrativas construídas sobre a história de uma sociedade que emerge sob solo colonizado. O precedente racial é posto como uma ferida jamais curada e debatida publicamente pelas instituições sociais brasileiras. O racismo à brasileira está intrínseco na cultura nacional.

As narrativas construídas sobre a trajetória do povo brasileiro, em especial sobre o negro brasileiro fora construída e romantizada por um discurso branco incapaz de compreender as especificidades organizativas do povo africano no Brasil. Os pesquisadores e historiadores brancos não possuem sensibilidade suficiente para um melhor entendimento da dimensão racial resultante do colonialismo.

Se por um lado há uma tentativa dos pesquisadores construírem uma narrativa sobre a trajetória do negro brasileiro a fim de colocá-lo na posição de objeto, de outro, se cria um problema extremamente profundo que consiste na deslegitimação de um povo escrever sua própria história. Há exemplo, Beatriz Nascimento, historiadora e mulher negra boicotada pela comunidade científica pseudo elite burguesa.

Além desse problema histórico, constituído por sujeitos que se colocam como capacitados e aptos a falar sobre o que eles chamam de “outro”, cria-se uma lacuna na interioridade do conhecimento epistemológico brasileiro. A ausência desses corpos marcados pela negritude e pelo gênero feminino provocam em seus semelhantes uma sensação angustiante de impotência intelectual. A ausência de representação causa uma profunda sensação de não pertencimento a atividade científica, pois as narrativas em manutenção são sempre de autores que estão constantemente atualizando uma posição de superioridade racial branca. Quando que, essa superioridade é nada mais, nada menos, que uma relação de solidariedade entre os autores brancos com suas teorias hegemônicas e suas aptidões em nos desconsiderar como intelectuais dotados de reflexões e pensamentos.

Recai sobre nós, negros, a responsabilidade de reconstruir a história, pois somente novas possibilidades de se enxergar a sociedade e a cultura brasileira poderá ser capaz de minimizar os efeitos da colonização na formação do nosso saber. No momento em que apresentarmos referenciais afrocentrados e afro-referenciados aos currículos acadêmicos, será possível reduzirmos os casos de *Luísas* em salas de aula. Carregamos o poder de transformação social e histórica instalados na forma como pensamos e percebemos o mundo.

Só as contranarrativas históricas e epistemológicas serão capazes de posicionar uma professora universitária no seu verdadeiro lugar de ouvinte. O epistemicídio da população negra resultou em armadilhas profundas baseadas no sistema de controle reproduzido pelo branco, só novas proposições serão capazes de desmontar atividades de reprodução do racismo nos espaços de produção e promoção do saber a ponto de transformar um episódio lido como “uma futilidade de alguém que um dia não leu o texto sugerido para a aula” em uma experiência de reconhecimento do exercício crítico, reflexivo e empírico de uma estudante que tem muito a ensinar sobre sujeição criminal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPELO, Marilu Márcia. Cultura, religiosidade afro-brasileira e educação formal no Pará — Os valores culturais afro-brasileiros chegam às salas de aula? **Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: Mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola**, p. 139-160, 2006.

CARDOSO, Lourenço. “**Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**”. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde, vol. 8, núm. 1, (enero-junio), 2010, pp. 607-630.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. [Tradução de Noêmia de Sousa]. **Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora**, 1977.

DO BLUES, Baco Exú. Bluesman. In: DO BLUES, Baco Exú. Bluesman. Brazil. EAEO Records, 2018, 2 CD, Faixa 1.

DO NASCIMENTO, Abdias. (1978). **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra.

FANON, F., & da Silveira, R. (2008). **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

_____; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Editora Marco Zero, 1982.

RAMOS, A. G. (1995). **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

RATTS, Alex. (2007). **Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza.

RIBEIRO, Djamila. (2018). **O que é lugar de fala?**. Letramento Editora e Livraria LTDA.

_____. (2018). **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras.

SOUZA, N. S. (1983). **Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** (Vol. 4). Graal.